



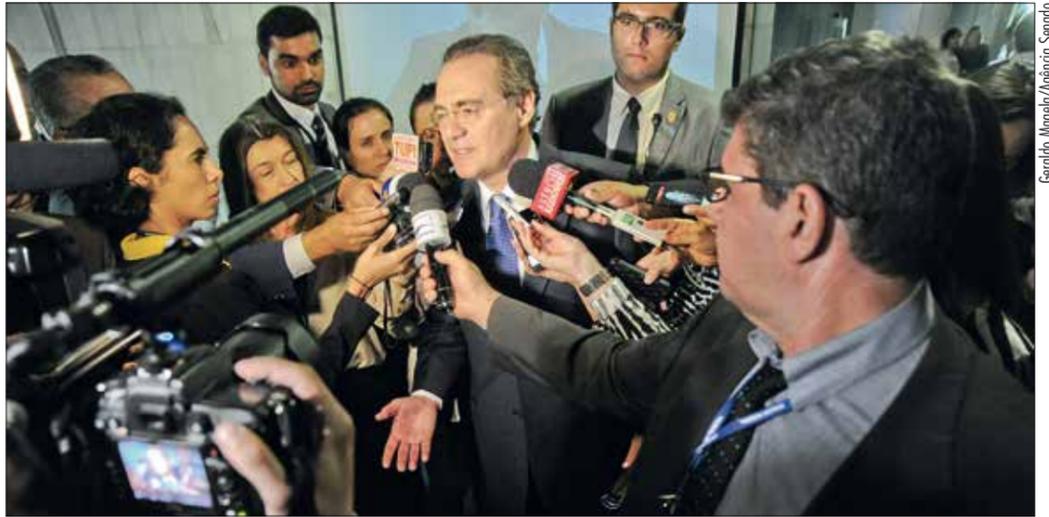
Congresso pode se reunir no recesso para votar Orçamento

Relator-geral do Orçamento 2015, Romero Jucá admitiu que deve propor aos presidentes do Senado e da Câmara a autoconvocação. Medida é prevista pela Constituição, que proíbe pagamento de verba extra

Convocação do Congresso entre 23 de dezembro e 31 de janeiro depende da aprovação da maioria absoluta dos deputados e dos senadores. O presidente do Senado, Renan Calheiros, espera, porém, que um acordo facilite a votação

antes do encerramento do período regular de trabalho legislativo.

Pelos prazos normais, emendas ao relatório preliminar — aprovado nesta semana — devem ser apresentadas até terça-feira para que os relatórios setoriais sejam votados até dia 22. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Renan Calheiros espera que o Congresso Nacional consiga votar o Orçamento antes do início do recesso parlamentar

Internação involuntária é ruim, diz especialista **4**

Debate mostra que imigrantes preferem o Brasil **5**

Audiência indica que informação ajuda contra psicofobia **6**

Comissão defende punição para torturadores

Membros da Comissão da Verdade defenderam a revisão e a reinterpretção da Lei de Anistia.

Pediram também punição dos responsáveis por violações de direitos humanos na ditadura. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Mais transparência no Poder Legislativo

Senado apresentou projeto para a criação de um índice nacional de transparência dos Legislativos. Pela proposta, a avaliação das atividades será feita nos níveis federal, estadual e municipal. **2**

CPMI terá proposta de relatório paralelo

Insatisfeitos com o relatório final da CPI Mista da Petrobras, cinco partidos de oposição deverão apresentar ao colegiado, na próxima semana, proposta alternativa, pedindo o indiciamento de oito pessoas. **3**

Criadores de cavalos pedem nova lei para a atividade **7**

Avança texto que muda definição de paraíso fiscal **4**

Acordo permite ligação aérea entre Brasil e Quênia **5**

Desenvolvimento sustentável é tema de discussão **2**

Missa celebra encerramento do ano no Congresso **2**



VIII Semana
de **Valorização da Pessoa com Deficiência**
em homenagem ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência
de 1º a 12 de dezembro de 2014
no Senado Federal

Apoio: Realização:

Indicador pretende estimular, apoiar e divulgar ações e dados públicos para dar mais transparência à administração dos Legislativos brasileiros e ajudar a população na participação e cobrança de ações

Índice de transparência servirá a todo o Legislativo

A CRIAÇÃO DO Índice de Transparência do Poder Legislativo para avaliar os Legislativos do país — Senado e Câmara, assembleias estaduais e câmaras municipais — consta de projeto de lei apresentado ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pelo Conselho de Transparência e Controle Social.

A elaboração de um indicador objetiva estimular, apoiar e divulgar ações e dados públicos, capazes de levar à população o conhecimento de todo o rol de atividades e da administração dos Legislativos.

Ao entregar a proposta, o presidente do conselho, o jurista Carlos Fernando Mathias de Souza, afirmou que pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que o Senado está em primeiro lugar em transparência entre os órgãos públicos do Brasil. A representante da Transparência Brasil, Natália Paiva, também sugeriu mudanças para melhorar o acesso do público às informações sobre as atividades dos senadores no exercício do mandato.

O presidente do Instituto Ethos, Jorge Abrahão, destacou a importância do Conselho e do Portal de Transparência do Senado e disse que esses instrumentos podem ser referências para as outras Casas legislativas do país. Como representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o jornalista Luiz Carlos Azedo disse que algumas mudanças técnicas na apresentação dos documentos do Senado, no formato PDF, por exemplo, podem melhorar o acesso do público às informações disponibilizadas na Casa.

Renan destacou os resultados positivos da moderniza-



Renan (centro, à direita) recebe projeto do Conselho de Transparência do Senado

ção administrativa do Senado para a transparência e para a economia dos recursos públicos.

— Este é o segundo ano em que o Senado não usa a suplementação orçamentária. No ano que passou, devolvemos R\$ 285 milhões, e este ano nós estaremos devolvendo quase a mesma quantidade — disse.

Acesso à informação

Elaborado pela Secretaria da Transparência do Senado, o projeto apresentado incentiva a cultura de transparência no Brasil e permitirá avaliar a evolução dos Legislativos brasileiros no cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI). O programa segue padrões internacionais, com a construção de ranking nacional de transparência legislativa — primeiro do gênero no país. Na América Latina, apenas o Chile já realiza ranking semelhante, ao avaliar a transparência dos partidos políticos.

Inspirado em modelos internacionais — e já em testes —, o projeto será executado por grupo de trabalho envolvendo parceria da Secretaria da Transparência, ILB/Interlegis e organismos da sociedade civil, com início previsto para 2015. Em processo crescente, a avaliação anual de transpa-

rência deverá alcançar todos os Legislativos brasileiros até o limite previsto na LAI para a obrigatoriedade da abertura de dados — as câmaras dos municípios com mais de 10 mil habitantes.

De acordo com o projeto, o processo de avaliação deve ser feito em duas fases — análise preliminar e reavaliação para consolidação dos dados. Serão analisadas quatro vertentes básicas da abertura de dados expostos por meio eletrônico: informações sobre atividades legislativas; informações administrativas; controle social — atividades pró-interação e participação social; e adequação aos parâmetros da LAI.

A avaliação será feita com conhecimento e participação do organismo avaliado, isso porque o objetivo de construção do índice é incentivar, apoiar e agilizar os processos de transparência legislativa.

Ao final da primeira fase, os índices apurados serão apresentados ao avaliado para que, em tempo determinado, possa corrigir e adequar seus instrumentos de transparência às exigências da lei. Cumprido esse prazo, será então finalizada a avaliação e apresentados os resultados, que permitirão a composição do índice de transparência anual dos Legislativos.

Senado poderá ser modelo, diz Jorge Viana

O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), afirmou que a Mesa está determinada a fazer da instituição um modelo de transparência no setor público. Ontem ele participou de uma reunião com Renan Calheiros e representantes da sociedade civil para tratar da criação de um índice para medir a transparência dos Legislativos brasileiros.

Segundo Viana, o tempo em que o Senado era considerado caixa-preta ficou para trás.

— O Senado foi identificado num trabalho da Fundação Getúlio Vargas como a insti-

tuição mais transparente do Brasil. Durante muito tempo, foi considerado caixa-preta, mas isso mudou radicalmente. O trabalho de criar um índice atende os interesses do cidadão e vai ao encontro do nosso objetivo — disse Viana.

O senador informou que no fim de janeiro deve haver nova reunião para avaliar parâmetros que integrarão o índice. A elaboração do indicador partiu do Conselho de Transparência do Senado e permitirá a construção de um ranking nacional de transparência legislativa.

— Quando tivermos o índice fechado, com metodologia de-

finida e manual de aplicação, estará disponível a todas as Casas legislativas — explicou o diretor-executivo do Instituto Ethos, Caio Magri, que acredita que o Senado pode servir de teste para as outras instituições.

O presidente do Conselho de Transparência, Carlos Fernando Mathias de Souza, ressaltou que o índice vai uniformizar um sistema que permita saber o que se passa nos Legislativos.

— O índice não será imposto de cima para baixo a todas as Casas, mas o ideal é que todos adiram e possam aperfeiçoar as regras — explicou Souza.

Arcebispo de Brasília celebra missa em ação de graças no Congresso

Missa em ação de graças por ocasião do encerramento dos trabalhos legislativos foi celebrada ontem pelo arcebispo de Brasília, dom Sergio da Rocha.

A celebração ocorreu no Salão Negro do Congresso Nacional e contou com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, que fez a primeira leitura, e do senador e ex-presidente da Casa José Sarney (PMDB-AP), que fez uma participação na solenidade. Ana Amélia (PP-RS) e Jorge Viana (PT-AC) também tomaram parte nas leituras. O evento foi acompanhado por parlamentares, servidores e funcionários da Casa.

— Juntos devemos agradecer por superar as dificuldades. Olhar pra trás com gratidão e reconhecer os sinais do

amor de Deus. Pedir perdão e dizer muito obrigado às pessoas que estiveram conosco neste ano. A convivência fraterna é o caminho para a justiça e a paz — afirmou dom Sergio da Rocha.

Junia Carvalho, do setor de Revisão da Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf), acompanhou emocionada a celebração.

— Mais um ano está chegando ao fim e tenho o sentimento de que devo agradecer por tudo — disse.

Os cantos litúrgicos foram acompanhados mais uma vez pelo Coral do Senado. A tradicional celebração eucarística, realizada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, ocorre todos os anos, uma semana antes do recesso parlamentar.



José Sarney participa da missa pelo encerramento dos trabalhos legislativos

Comissão promove debate sobre desenvolvimento sustentável hoje

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) faz hoje um colóquio internacional interativo com representantes do governo, professores e pesquisadores de vários países sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Em junho de 2012, o Brasil foi anfitrião da Rio+20, ocasião em que se renovou o compromisso da comunidade internacional com o desenvolvimento sustentável. O documento final da conferência, com o título de *O futuro que queremos*, reafirmou as bases dos

Objetivos do Milênio.

O debate é promovido com a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). Participarão os senadores Jorge Viana (PT-AC) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

- **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- **Tempo real:** <http://bit.ly/CREcolouquio>
- **Facebook:** eCidadaniaSF
- **Twitter:** @e_cidadania
- **TV:** www.senado.leg.br/TV
- **Alô Senado:** 0800 612211
- **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoRE>

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Sessão destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

CRE Desenvolvimento sustentável
9h Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta pode ser votada entre 23 de dezembro e 31 de janeiro. Presidente do Senado espera que definição aconteça antes desse período

Comissão de Orçamento deve pedir que Congresso se reúna em janeiro

O CONGRESSO PODERÁ se reunir durante o recesso parlamentar para votar o Orçamento da União para 2015. O relator-geral do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR), considera “viável politicamente” a autoconvocação para votar a proposta entre 23 de dezembro e 31 de janeiro, após o encerramento da sessão legislativa no dia 22. A sugestão deverá ser feita aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O presidente do Senado, porém, espera não haver necessidade de autoconvocação.

— Acho que estamos evoluindo para fazer um acordo em torno da aprovação do Orçamento. Sinceramente, espero que isso aconteça até o encerramento dos trabalhos — afirmou o relator.

Renan considerou dever



Romero Jucá é relator na comissão mista presidida pelo deputado Devanir Ribeiro

do Parlamento votar o Orçamento, mas disse que talvez o próprio governo prefira começar o ano sem a peça orçamentária, pois será um ano provavelmente muito difícil, de ajuste fiscal.

— E, talvez, não ter o Orçamento ajude — disse.

Renan informou que vai convocar o Congresso, provavelmente para terça-feira, a fim de examinar um novo veto. A intenção do presidente do Senado é, na sequência, votar a LDO e, até o fim do ano, o Orçamento de 2015.

A autoconvocação extraordinária do Legislativo federal é prevista no artigo 57 da Constituição e deverá ser feita pelos presidentes do Senado e da Câmara. Depende da aprovação da maioria absoluta dos deputados (257) e dos senadores (41). A Constituição veda o pagamento de verba extra durante o período.

As emendas parlamentares ao relatório preliminar já aprovado — inclusive das bancadas e das comissões do Senado e da Câmara — devem ser apresentadas até

terça-feira. Depois começa o trabalho dos dez relatores setoriais do Orçamento nas áreas de infraestrutura, saúde, integração nacional e meio ambiente, educação, cultura, ciência e tecnologia, esporte, planejamento e desenvolvimento urbano, justiça e defesa.

A CMO deverá aprovar todos os relatórios setoriais até o dia 22, para permitir a Jucá a elaboração do relatório-geral do Orçamento de 2015, que será votado na comissão mista e, posteriormente, no Plenário do Congresso. A expectativa de Jucá é de que a votação seja concluída na segunda quinzena de janeiro, na hipótese de autoconvocação.

Para emendas individuais, o relatório preliminar fixa o limite de R\$ 16.324.600 — dos quais 50% deverão ser destinados a ações e serviços públicos de saúde. O total corresponde a 1,2% da receita corrente líquida da União.

Senado quer informações de ministérios

Em reunião ontem a Mesa do Senado aprovou seis requerimentos com pedidos de informações a órgãos públicos.

Ruben Figueiró (PSDB-MS) solicitou informações ao Ministério de Minas e Energia sobre um suposto acordo entre a Petrobras e o governo boliviano que teria obrigado a petrolífera a pagar US\$ 430 milhões a mais do que o previsto.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu ao Ministério de Minas e Energia informações sobre as auditorias já realizadas e as que estão por serem feitas na estatal. Ferraço também teve aprovado pedido de informação ao Ministério da Defesa sobre a assinatura de contrato da Força Aérea Brasileira (FAB) com a empresa sueca Saab para o fornecimento de 36 caças. O parlamentar ressaltou que o contrato foi fechado por US\$ 5,4 bilhões, embora o governo tivesse anunciado que seria US\$ 4,5 bilhões.

CPI: relatório paralelo vai propor indiciamento de 8 pessoas

Cinco partidos de oposição (PSDB, DEM, PPS, PSB e SD) vão apresentar na quarta-feira um relatório paralelo para a CPI Mista da Petrobras e pedir o indiciamento do deputado Luiz Argôlo (SD-BA), do deputado cassado Andre Vargas (sem partido-PR), do doleiro Alberto Youssef, do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa e de executivos da empresa Toyo Setal Empreendimentos.

Segundo o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), escolhido para redigir o texto, o relatório apresentado pelo deputado Marco Maia (PT-RS) anteriormente “pegou leve demais”.

— O relatório deixou a desejar, o relator pegou leve demais numa investigação seriíssima e com consequências graves. E, portanto, nós apresentaremos um relatório paralelo

de todas as oposições — afirmou o parlamentar. A votação do relatório de Marco Maia está prevista para a próxima quarta-feira, às 10h15.

O relator afirmou que não incluiu Argôlo e Vargas no parecer porque a relação deles com Youssef não tinha a ver com desvios na Petrobras.

Argôlo e Vargas são acusados de receber recursos ilícitos de Youssef, preso na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

O relatório de Maia pede ao Ministério Público que aprofunde a investigação sobre os ex-diretores da estatal Paulo Roberto Costa, Nestor Cerveró e Renato Duque, o doleiro Alberto Youssef e outras 48 pessoas.

Segundo Maia, o pedido de aprofundamento das investigações corresponde ao indiciamento das pessoas



Maia (D) considerou inócuo indiciar pessoas já denunciadas à Justiça, como Paulo Roberto Costa

relacionadas. Ele explicou que não fez o indiciamento individual porque seria inócuo apontar pessoas já denunciadas à Justiça, como Costa.

— Seria inócuo eu dizer: “vamos responsabilizar o Paulo Roberto por tais e tais crimes”. Ele já está indiciado, inclusive denunciado e há pessoas

em relação às quais a investigação precisa avançar mais, como Nestor Cerveró — afirmou o relator.

Ontem o Ministério Público Federal apresentou denúncia contra 35 investigados na sétima fase da Lava-Jato. Os nomes apareceram na lista de Marco Maia.

Delcídio do Amaral elogia nomes da nova equipe econômica do governo

Delcídio do Amaral (PT-MS) elogiou as escolhas da presidente Dilma para a área econômica. Ele destacou os nomes de Nelson Barbosa para o Planejamento e de Joaquim Levy para a Fazenda.

Acrescentou que Joaquim Levy vai trazer tranquilidade para a economia, manter projetos sociais importantes, como o Minha Casa, Minha Vida, mas com o compromisso de combater a inflação e gerar emprego.

O senador também considera importante para o país o incentivo à concessão privada nos investimentos em infraestrutura.

— Nós temos que incentivar a iniciativa privada a participar num momento em que o governo vai ter que puxar as rédeas para que a gente tenha efetivamente confiabilidade, credibilidade e traga investidores para ajudar o nosso país — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz cobra rapidez em plano para recuperação de Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu ao governo federal, especialmente ao Ministério da Integração Nacional, ajuda para que o plano integrado de reconstrução de Rondônia saia logo do papel.

O plano prevê uma série de obras para recuperar o que foi destruído pelas cheias do Rio Madeira neste ano. Só para a recuperação da infraestrutura, o plano especifica a destinação de R\$ 5 bilhões, informou o senador.

— Estamos aguardando que aconteça essa execução. Então, fica aqui o nosso alerta para que o Ministério da Integração possa fazer um trabalho urgente, sinalizando como vai executar esse plano, antes que outra enchente aconteça — disse ele.

Gurgacz saudou os 70 anos da colônia de pescadores Z-1 de Porto Velho, a mais antiga do estado. Ele adiantou que em 2015 vai intensificar a luta para que os pescadores sejam compensados pelas enchentes do Rio Madeira e pela construção de hidrelétricas.

Benedito de Lira manifesta preocupação com Rio São Francisco

Benedito de Lira (PP-AL) manifestou preocupação com os “níveis assustadores” de deterioração do Rio São Francisco. Ele afirmou que o maior rio do Nordeste tem sido afetado diretamente pela maior seca dos últimos 100 anos, mas também sofre com a ação humana e com o que chamou de “desatino dos governantes”.

Benedito chamou o povo à consciência sobre a “catástrofe que se aproxima e propôs um pacto das águas para integrar ações governamentais que possam revitalizar o São Francisco.

— O Rio São Francisco está morrendo. O rio está desidratado. O rio está maltratado. Nem sequer aquela prática tradicional de captar água para levar para casa está mais assegurada e tampouco água para irrigar as pequenas plantações à margem do rio — lamentou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Clarice Traversini (ao microfone, ao lado de Lídice) fala em debate que analisou projeto sobre mudanças no Sisnad

Usuário de crack é excluído na sociedade, diz médico

Em audiência sobre políticas públicas sobre drogas, especialista criticou internação involuntária. Ministério da Educação considerou inviável criação de disciplina com conteúdo sobre o tema, sugerida por internautas

A COMISSÃO DE Educação (CE) debateu na quarta-feira projeto que modifica o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). O texto (PLC 37/2013) já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde recebeu mudanças, como a permissão para uso medicinal da planta. Uma das sugestões mais polêmicas é a internação involuntária de dependentes químicos.

Por provocação de internautas, a comissão debateu ainda a possibilidade de criação de uma disciplina, no ensino básico, sobre prevenção ao uso de drogas. Para a representante do Ministério da Educação,

Clarice Traversini, uma nova disciplina não vai resolver o problema. Ela prefere apostar na inserção de conteúdos de maneira interdisciplinar.

Já a relatora do projeto, Lídice da Mata (PSB-BA), lembrou que há casos em que o adolescente que é pego usando drogas é expulso da escola, o que vai contra a reinserção.

— As crianças pobres são as mais vulneráveis e correm o risco de não serem acompanhadas por políticas públicas dentro das escolas — explicou.

Para o médico Elisaldo Carlini, diretor do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), a pro-

posta de internação involuntária é ruim, por privilegiar força, em vez de diálogo. Ele relatou o caso de usuária de crack que recusa a internação voluntária para não deixar o cachorro.

— Isso mostra que o craqueiro tem personalidade, sentimento e solidariedade, mas é excluído pela sociedade por meio desses programas péssimos — disse Carlini.

O presidente interino da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Jaime Oliveira, considera nociva uma mistura entre as ações para regularizar o uso medicinal da droga e a campanha para liberação do uso recreativo.

Em balanço, Collor destaca Fórum de Infraestrutura

A realização do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura foi uma das principais atividades da Comissão de Infraestrutura (CI) no biênio 2013–2014, disse o presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL), ao fazer um balanço da atuação da CI, na quarta-feira. O relatório final do evento, ocorrido em março, apresentou 78 recomendações aos Poderes Executivo e Legislativo e aos demais entes federados.

Com essas sugestões, Collor espera ajudar a solucionar problemas encontrados nas áreas de transporte de cargas e de passageiros, energia elétrica,

combustíveis, mineração, telecomunicações e saneamento, entre outras.

— Ficam aqui as nossas contribuições e caminhos para que possamos desatar esses nós que impedem a nossa infraestrutura de avançar na medida das necessidades do nosso crescimento — disse.

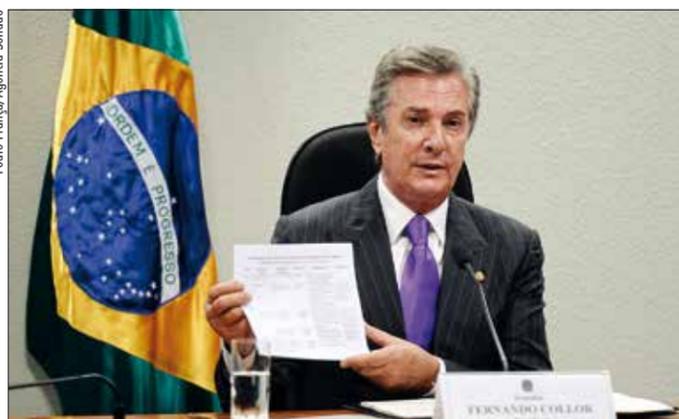
No período, a comissão promoveu 111 reuniões, sendo 95 extraordinárias, 9 conjuntas e 10 de subcomissões. Desse total, 61 reuniões foram audiências, das quais 39 fizeram parte do ciclo *Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país*.

Uma inovação introduzida pela CI foi a participação direta de ouvintes, por meio do Alô Senado e das redes sociais Twitter e Facebook.

— Trata-se de um novo instrumento de democracia direta e ao vivo, em que a CI foi precursora no âmbito do Congresso Nacional, com o registro de uma excelente repercussão e a participação de cidadãos de todas as regiões do Brasil — ressaltou o senador.

Outra importante atividade desenvolvida pela comissão foi o acompanhamento sistemático do andamento das obras do setor de transportes, por meio de relatório atualizado semanalmente pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

— Creio, com isso, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura cumpriu rigorosamente toda a programação prevista para esta sessão legislativa que se encerra, bem como a extensa pauta ordinária de matérias e assuntos a ela submetidos — resumiu Collor ao agradecer a colaboração dos senadores e servidores.



Collor ressaltou a participação dos cidadãos nas audiências públicas interativas

Critério para identificação de paraíso fiscal pode ser alterado

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem projeto do presidente do colegiado, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que modifica os critérios de identificação de países com tributação favorecida (PLS 275/2014).

Pelo projeto, deixa de ser considerado paraíso fiscal o país que não for assim classificado, ainda que com denominação distinta, por órgão independente e internacionalmente reconhecido. Caberá ao Poder Executivo indicar um ou mais órgãos para isso. O projeto será agora analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ferraço lembra que a legislação brasileira confere tratamento tributário mais rigoroso para operações feitas com países de tributação favorecida (aqueles que adotem tributação máxima da renda em percentual inferior a 20%).

O problema, explica o senador, é que a presunção de que todos os países que adotam essa tributação são paraísos fiscais tem acarretado distorções.

— Quando uma empresa brasileira procura países do Oriente Médio para ampliar exportações e com isso gerar mais oportunidades aqui, ela os procura porque eles têm bons mercados. Se a região é considerada paraíso fiscal, a empresa será tributada além de seus concorrentes e, conseqüentemente, será excluída.

Ele citou o caso de Cingapura, atualmente considerada paraíso fiscal pelo Brasil, mas não pelos EUA nem pela União Europeia. O senador lembra que entidades de atuação mundial, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), não usam percentual mínimo como critério para identificar paraíso fiscal.



Quintanilha, Lúcia Vânia, Valadares, Benedito e Neuto De Conto na cerimônia

Comissão de Turismo ganha galeria com retratos de ex-presidentes

Foi inauguranda anteontem uma galeria com os retratos dos parlamentares que já presidiram a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado (CDR), criada há dez anos para ajudar o país a otimizar o potencial turístico brasileiro.

Foram colocados na parede do corredor da comissão os retratos de Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Benedito de Lira (PP-AL) e dos ex-senadores Leomar Quintanilha, Neuto De Conto e Tasso Jereissati, único ausente da solenidade.

O presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), conduziu a solenidade, enaltecendo aqueles que imprimiram o toque pessoal e dedicaram esforços na condução da comissão, trabalhando em prol do desenvolvimento regional e do turismo nacional.

Valadares lastimou que o Brasil ainda viva uma situação de inferioridade em relação a muitos países que acumulam receita com turismo. O senador informou que o país

ocupa o 52º lugar no ranking mundial, mas que, apesar dessa performance, o setor contribui hoje com 3,7% para o PIB nacional.

Ao agradecer a homenagem, Benedito de Lira disse que o Senado precisava criar a comissão para que o Legislativo pudesse promover os meios de desenvolver o turismo, principalmente no Nordeste brasileiro. Leomar Quintanilha se disse honrado por ter representado Tocantins no Legislativo.

— Nessa comissão, que se depara efetivamente com os grandes problemas nacionais, tivemos a oportunidade de discutir e desenvolver inúmeras ações que permitiram ao povo avançar e melhorar um pouco sua qualidade de vida — celebrou.

Lúcia Vânia destacou a luta empreendida para colocar em votação a Lei Geral do Turismo, hoje em vigor e que, conforme explicou a senadora, deu ao país um marco regulatório nessa área.

Pedro Franco/Agência Senado

Gerardo Muga/Agência Senado

Número de novos refugiados no país cresceu 1.255% entre 2010 e 2014. Comissão de Relações Exteriores se prepara para votar, terça-feira, proposta que cria a Lei da Migração

Brasil é atraente a imigrantes, aponta debate

O NÚMERO DE imigrantes e de refugiados que entram no Brasil disparou, segundo dados das Nações Unidas, nos últimos quatro anos, situação que preocupa senadores e debatedores que participaram de audiência ontem no Senado.

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) discutiu a questão para subsidiar a análise de projeto que regula a entrada de estrangeiros no Brasil (PLS 288/2013). O texto deve ser votado na comissão terça-feira.

Balanço da ONU mostra que o número de refugiados por ano no Brasil cresceu 1.255% entre 2010 e 2014. Segundo a Polícia Federal, desde 2010 cerca de 40 mil haitianos entraram no território brasileiro.

— O Brasil é percebido hoje como uma terra de oportunidades, e não só por latinos, mas também por pessoas da África e até da Ásia — disse, na audiência, o secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão.

Ele acrescentou que, além de buscar melhores condições de vida, os imigrantes fogem de conflitos. Segundo o secretário, 20% dos refugiados que estão no Brasil vêm da Síria.

Abrão admitiu que o país ainda não tem infraestrutura para atender essas pessoas. Por isso, estão sendo estabelecidas parcerias com os estados mais atingidos, como Acre e São Paulo, para a construção de centros de atendimento.

A representante da Cáritas, Vivian Holzhacker, pediu ao governo que conceda a todos os estrangeiros o tratamento preferencial que tem dado aos

imigrantes do Haiti, que, por razões humanitárias, enfrentam menos burocracia para receber visto permanente.

Os direitos humanos do imigrante são um dos temas abordados no projeto em análise na CRE, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O texto também repudia a xenofobia e a criminalização da imigração.

Projeto

A proposta cria a Lei da Migração e revoga quase todo o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/190), criticado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator do projeto e presidente da CRE.

— Não sei o que é mais grave. Se o atual Estatuto do Estrangeiro, fruto de uma visão preconceituosa do regime militar, ou se a inércia das autoridades que durante todo o período pós-ditadura ainda não fizeram a adequação óbvia dessa legislação — disse.

Tania Bernuy, do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, propôs alteração do artigo da proposta que prevê incentivo à admissão de mão de obra especializada.

— Favorecer a mão de obra especializada é institucionalizar a imigração seletiva, é uma política discriminatória.

Já o procurador dos Direitos do Cidadão no Ministério Público, Aurélio Veiga, defendeu o projeto. Para ele, o Estatuto do Estrangeiro tem uma filosofia contrária ao espírito democrático da Constituição de 88.

Se aprovado, o texto deve ir à Câmara, sem passar pelo Plenário do Senado.



Estrangeiros buscam melhores condições de vida e fogem de conflitos, dizem especialistas em debate dirigido por Ferraço (C)

Ferraço defende resgate do diálogo com os Estados Unidos

Na mesma reunião, Ricardo Ferraço fez um balanço de recente visita dele aos Estados Unidos como parte de uma comitiva organizada pela Câmara de Comércio Brasil-EUA. Ana Amélia (PP-RS) também participou da visita oficial.

Os senadores tiveram encontros oficiais com autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo norte-americanos, além de lideranças empresariais ligadas ao comércio bilateral.

Ferraço deixou claro que se preocupa com o recente esfriamento das relações diplomáticas entre as duas nações, processo que ele vê como consequência direta do cancelamento da visita oficial que a presidente Dilma Rousseff faria a Washington

em outubro do ano passado. Admite que a presidente estava correta em protestar contra a espionagem cibernética feita pelos EUA, mas considera que o momento atual já pede nova atitude.

— É hora de resgatarmos o diálogo Brasil-EUA da situação de esvaziamento em que se encontra hoje. Alçando-o ao patamar que merece e que seja compatível com o elevado grau de entendimento que une as duas sociedades — afirmou.

Ferraço lembrou que o intenso intercâmbio comercial, educacional e científico entre as nações passa ao largo das eventuais divergências políticas. Ele relatou a preocupação dos atores econômicos da área comercial quanto ao que consideram tendência

da diplomacia brasileira de pouco engajamento em acordos multilaterais. O Brasil, segundo Ferraço, estaria priorizando o Mercosul, o que se refletiria na participação do país em apenas 1,3% do comércio mundial.

O senador lembrou que os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil. Os negócios entre os dois países somaram US\$ 60 bilhões no ano passado, sendo US\$ 9 bilhões de investimentos de empresas norte-americanas no Brasil. Segundo o senador, trata-se do maior investidor na economia nacional. Ele destacou também que 6,5 mil empresas brasileiras exportam para os Estados Unidos, hoje o maior destino das exportações industriais nacionais.

Aprovado acordo para ligação aérea regular com o Quênia

O Senado aprovou ontem acordo sobre serviços aéreos entre os governos do Brasil e da República do Quênia (PDS 99/2014). O acordo, firmado em 2010, estabelece

serviços regulares de um país para outro, com empresas específicas. Também dispõe sobre segurança operacional e da aviação, tarifas aeronáuticas, apoio de solo, direitos

alfandegários, reconhecimento de certificados e licenças, troca de informações, aprovação de horários, proteção do meio ambiente e outros assuntos. Agora a proposta

seguirá para a promulgação.

O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), apresentou voto favorável ao acordo: “O estabelecimento de serviço aéreo regular entre Brasil e Quênia,

além de representar o fortalecimento das relações bilaterais, indica o estreitamento de vínculos com o continente africano. Ele favorecerá o intercâmbio comercial e humano”.

Aloysio Nunes: relatório da CPI da Petrobras é “elogio do desvio”

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) acredita que os escândalos do mensalão e da Petrobras revelam que o PT usa a estratégia da compra de votos e de apoio político para se manter no poder. Ele criticou a insistência do partido em vincular a corrupção às regras de financiamento de campanhas, frisando que em todas as modalidades de financiamento haverá políticos desonestos porque “são os homens que corrompem as instituições”.

Aloysio avaliou negativamente o relatório da CPI Mista da Petrobras, que, para ele, se assemelha a um “elogio do desvio” por dar a impressão de que o petrolão é algo assimilável e normal. O senador citou pesquisa em que 68% das pessoas veem responsabilidade da presidente Dilma no escândalo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aureliano quer mais municípios mineiros no entorno do DF

Antônio Aureliano (PSDB-MG) pediu a aprovação de projeto de lei (PLS 269/2014) de autoria dele para incluir 22 municípios mineiros na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride). Criada em 98, a Ride é integrada pelo DF, 19 cidades goianas e 2 mineiras: Buritis e Unaí. Esses municípios recebem recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Na avaliação dele, isso tiraria de Brasília a sobrecarga causada pelo êxodo em busca de melhores condições de vida.

— O que poderia ter maior simbolismo para o mineiro do que promover o estreitamento dos laços entre nosso estado e os irmãos do DF e de Goiás? — indagou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Amorim reclama do caos nas contas públicas em Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse ontem que a falta de planejamento e o desrespeito com o dinheiro público por parte do governo de Sergipe provocaram um caos nas contas públicas.

O senador informou que a dívida, em 2008, era de apenas R\$ 809 milhões e hoje já passa dos R\$ 5 bilhões. O déficit com a previdência deve superar os R\$ 750 milhões em 2015.

— O governo de Sergipe está herdando de si mesmo um estado quase falido, ou, se tivéssemos mais transparência, poderíamos dizer, falido. As medidas precisavam ser tomadas muito antes. Não é por acaso que Sergipe ultrapassou o limite máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal nos gastos com funcionalismo público, sem reajustar o salário dos servidores há mais de três anos — denunciou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Debate indica falta de informação como uma das causas da psicofobia

Audiência discutiu o medo e o preconceito da sociedade em relação às pessoas com doenças mentais, como depressão, esquizofrenia e transtorno bipolar. Especialistas apoiaram projeto que cria uma data nacional para promover campanhas e ampliar a conscientização

CONVIDADOS DE AUDIÊNCIA da Comissão de Educação e Cultura (CE) ontem manifestaram apoio à oficialização do Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado em 12 de abril. Termo que vem ganhando destaque nos meios profissionais e entre leigos, a psicofobia define o preconceito contra pessoas com doença ou transtorno mental.

O objetivo do debate, dirigido por Ana Amélia (PP-RS), foi coletar subsídios para o exame de projeto (PLS 263/2014) de Paulo Davim (PV-RN) que institui a data especial, a mesma do nascimento de Chico Anysio, símbolo da luta contra o preconceito a pessoas com doenças mentais. Em vida, ele deixou depoimento sobre a própria luta contra a depressão, afirmando que pessoas com o mesmo problema não devem ter vergonha.

Apoiaram o pedido da audiência, além do autor do projeto, os senadores Ana Rita (PT-ES) e Paulo Paim (PT-RS), também relator do projeto.

Pelo texto, na semana em



Ana Amélia (ao microfone) presidiu debate sobre formas de acabar com o preconceito contra pessoas com doenças mentais

que cair o 12 de abril, serão promovidas campanhas de esclarecimento sobre o combate à psicofobia.

— Ao se criar esse dia, vamos mudar completamente, em 180 graus, o alcance das informações sobre as doenças mentais. É sair do pouco para o extraordinário — destacou o psiquiatra Antônio Geraldo da Silva, um dos expositores.

Antônio Geraldo, também presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), registrou que, conforme a Organização Mundial da Saúde

(OMS), cerca de 700 milhões de pessoas em todo mundo têm doenças mentais e poucas recebem tratamento adequado. No Brasil, o Ministério da Saúde cita que pelo menos 46 milhões de indivíduos são vítimas de problemas mentais.

Segundo ele, entre as dez principais causas de afastamento do trabalho em todo o mundo, cinco seriam decorrentes de transtorno mentais, lista ampla que inclui a esquizofrenia, o transtorno bipolar e o transtorno obsessivo compulsivo. Ele reconhece

as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, mas afirma que o medo do preconceito desestimula a busca de ajuda.

Preconceito

As manifestações de preconceito assumem muitas formas, conforme o expositor, inclusive por meio da negação ao trabalho ou da demissão quando a doença passa a ser conhecida. Ou ainda, disse, pelo corte de relações afetivas, muitas vezes por pressão de familiares da pessoa que se envolve com alguém com doença psiquiátrica.

Antônio destacou os projetos da entidade para orientar a população e desmitificar as doenças mentais, como a mais recente campanha, Psicofobia é um Crime, lançada nas redes sociais. Se depender de Davim, o mote da campanha da ABP deixará de ser apenas figura de linguagem. Outro projeto do senador, o PLS 74/2014, propõe alteração no Código Penal para tornar crime o preconceito contra pessoas com deficiência ou transtorno mental.

— Todas as formas de discriminação são abomináveis, mas uma das que mais me incomodam é o preconceito contra alguém que não tem como construir sua defesa ou tem mais dificuldade para tal. Aí se torna muito mais vulnerável e o sofrimento é maior para essa pessoa e também a família — afirmou Davim.

Jayme Campos critica infraestrutura de transporte em MT

O senador Jayme Campos (DEM-MT) lamentou que, apesar de o agronegócio ser o carro-chefe da economia de Mato Grosso, a infraestrutura para o escoamento da produção ainda deixa a desejar no estado.

Não há ferrovias nem transporte por rios e as estradas, afirmou, estão em péssimas condições. Segundo ele, o estado não aguenta mais esperar pela Rodovia de Integração Centro-Leste, que vai ligar Goiás a Rondônia. Conforme o senador, o governo federal promete a obra há anos, mas nada foi concretizado até agora.

Jayme também reclamou da cobrança de pedágios em rodovias que nem sequer foram concluídas, como a BR-163. Segundo ele, dos 800 quilômetros, apenas 100 foram duplicados, mas os postos de pedágio já estão prontos.

Ruben Figueiró prevê crise econômica, moral e política em 2015

Ruben Figueiró (PSDB-MS) previu que 2015 será um ano difícil para o país, com três grandes crises de impacto na sociedade: econômica, moral e política. Para ele, as contas públicas são maquiadas e existe uma combinação preocupante de baixo consumo, endividamento das famílias, inflação e dívida pública altas. Figueiró considerou desrespeito a mudança no cálculo do superávit primário (PLN 36/2014).

— Infelizmente o Brasil quebrou. Dilma tenta agora reverter o quadro com a equipe econômica anunciada. Espero que seu autoritarismo permita que os novos ministros executem o que o país realmente precisa.

Déficit de atenção atinge 7% das crianças

O debate abordou ainda as dificuldades enfrentadas por pessoas com o transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), caracterizado pela desatenção, hiperatividade e impulsividade. A presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), Iane Kestelman, disse que o distúrbio afeta entre 3% e 7% das crianças, prevalecendo em 4% dos adultos.

Psicóloga e mãe de dois filhos com TDAH, ela afirmou que o preconceito é um desafio na vida dessas pessoas, que já lidam com dificuldades de aprendizagem e de ajustamento ao trabalho e às relações sociais. Não raro, afirmou, as escolas expulsam

alunos ou recusam matrícula.

Iane também criticou teor de reportagens que, conforme assinalou, traduzem visões ideológicas, que negam a realidade da doença, as estatísticas de prevalência e a necessidade de tratamento com medicamentos controlados. Segundo ela, chega a se falar que os pais usam “drogas da obediência para domar os filhos”.

— Na realidade, o que fazemos é tratar nossos filhos para que eles não venham a ficar à margem da sociedade — afirmou.

O representante do Ministério da Saúde, Wilson Recco, disse que o órgão está engajado na luta contra a psicofobia. Destacou que um dos avanços do país foi a chamada Refor-

ma Psiquiátrica, que trocou o modelo de atendimento baseado em internação em manicômios, de modo permanente, por cuidado integral e continuado em centros de atenção psicossocial (Caps).

— Agora nossa luta é por garantias mais amplas de políticas de garantia à moradia digna, trabalho e o direito ao lazer — disse.

Ana Amélia ressaltou que, no atendimento a grupos especiais, a participação familiar é fundamental para o sucesso das ações. Observou que essa visão orienta o trabalho da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), para ela, uma instituição modelar, com rede de assistência em todo o país.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Especialistas reivindicam lei para criação de cavalos

Proposta em debate prevê a criação, pelo governo federal, de linhas de crédito específicas para a equideocultura e monitoramento e fiscalização sanitária dos rebanhos desses animais no país

PARTICIPANTES DE DEBATE feito ontem na Comissão de Agricultura (CRA) defenderam a aprovação de uma lei para o fortalecimento da equideocultura, campo que abrange a criação de cavalos, asnos e mulas. Números do setor indicam mais de 3 milhões de empregos diretos e indiretos e receita de mais de R\$ 13 bilhões.

Antônio Aureliano (PSDB-MG) apresentou proposta que estabelece diretrizes para o desenvolvimento do setor (PLS 254/2014). O projeto determina, entre outras ações, que o plano agrícola e pecuário anual deverá ter ações para o fortalecimento da atividade, como linhas de crédito específicas para equideocultura. Também prevê monitoramento e fiscalização sanitária dos rebanhos.

A posição do Ministério da Agricultura em relação ao texto, porém, foi diversa. Para Raquel Caputo, chefe da Divisão de Equideocultura do ministério, a atual legislação (Lei 7.291/1984) já abarca vários pontos que o projeto pretende regulamentar. Segundo ela, ainda que haja problemas

pontuais, uma atualização da norma seria suficiente.

— Muitos dos itens que estão no projeto, como pesquisa e capacitação, já estão previstos em legislação. Precisariamos de fato trabalhar em uma atualização da legislação vigente e conseguir que o setor se organize melhor — avaliou.

Votação

O relator da proposta, Acir Gurgacz (PDT-RO), pediu que a Divisão de Equideocultura do Ministério da Agricultura, assim como as associações de produtores, enviem à comissão as sugestões de melhoria para que ele trabalhe na redação do texto nos próximos dias. A intenção do parlamentar é colocar o projeto em votação na próxima terça-feira na CRA.

As entidades de criadores apontaram problemas — entre eles, uma doença antiga cujos casos vêm crescendo nos últimos anos: o mormo. A zoonose (que pode ser passada para o homem) é causada por uma bactéria e o animal sofre com febre, emagrecimento, tosse, corrimento nasal e lesões na

pele. A doença impede compra e venda de cavalos.

— Só existe uma saída, é a vacina. Temos que fazer essa pesquisa — afirmou Antônio Sérgio Quadros, da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Manga-Larga Marchador.

Quadros também cobrou a atualização da legislação tributária do setor equídeo. Segundo afirmou, hoje eles são equiparados ao setor pet. O Congresso precisa equiparar à pecuária bovina a legislação pertinente aos equinos, opinou.

A qualificação da mão de obra foi apontada como necessidade premente por João Carlos Lóssio, da Associação Brasileira de Criadores do Cavalos Pampa. Os palestrantes mencionaram ainda as dificuldades que o setor esportivo que usa cavalos enfrenta com o Ministério Público e entidades de proteção aos animais. Celso Arras, da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Quarto de Milha e da Câmara de Equideocultura, informou haver na Câmara projetos em tramitação que impedem esportes com cavalos.



Liliane, Benedito, Neuto, Pereira e Gurgacz na Comissão de Agricultura

Comissão inaugura galeria de retratos de ex-presidentes

A Comissão de Agricultura (CRA) inaugurou ontem sua galeria de fotografias de ex-presidentes. Foram posicionados os quadros dos ex-senadores Sérgio Guerra (2005–2006), Joaquim Roriz (2007), Neuto De Conto (2007–2008) e Valter Pereira (2009–2010) e do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que presidiu o colegiado no biênio 2011–2012.

— Queria cumprimentar os ex-presidentes desta comissão que, apesar da pouca idade, têm prestado relevantes serviços e têm se saído bem nas suas atividades — disse o atual presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL).

Ele prestou homenagem ao primeiro presidente da comissão, Sérgio Guerra, morto em março deste ano em decorrência de câncer.

Os homenageados ressaltaram a importância da CRA e as contribuições que presta ao setor agropecuário. Neuto De Conto destacou o tamanho da agricultura brasileira, que em 2015 atingirá a marca de 200 milhões de toneladas de cereais produzidos.

Ex-secretário de Agricultura de Santa Catarina, Neuto De Conto foi elogiado por seu conhecimento sobre o setor. Luiz Henrique (PMDB-SC) lembrou que Neuto foi

relator, quando deputado federal, da medida provisória que criou a unidade real de valor (URV), princípio básico do Plano Real.

Pereira, elogiado por Ruben Figueiró (PSDB-MS), destacou que a comissão está relacionada ao segmento que tem sido o esteio da economia do país e grande responsável pelo equilíbrio das contas externas.

Criação

Gurgacz lembrou o processo de criação da comissão, a partir de um projeto de resolução apresentado pelo ex-senador Osmar Dias e por Pedro Simon (PMDB-RS).

Waldemir Moka (PMDB-MS) fez uma menção honrosa ao falecido senador Jonas Pinheiro, que teve atuação intensa em questões relacionadas ao agronegócio. Jayme Campos (DEM-MT) ressaltou que este é um “momento feliz para quem defende as políticas públicas em prol da agricultura brasileira”, enquanto Antônio Aureliano (PSDB-MG) cobrou melhores condições de trabalho para o homem do campo.

A deputada distrital Liliane Roriz representou o pai, Joaquim Roriz, que não compareceu à cerimônia por motivo de saúde.



Criadores de equídeos reivindicaram na audiência a equiparação da legislação tributária do setor com a da pecuária bovina

Anibal Diniz relata participação em encontro sobre o clima no Peru

Anibal Diniz (PT-AC) relatou em Plenário sua participação em Lima, no Peru, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 20, que contou com a presença de integrantes da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso.

Anibal fez um relato dos assuntos discutidos no encontro, no qual será elaborado hoje um documento com metas e ações voltadas para a redução da emissão de gases do efeito estufa a partir de 2020.

— Consideramos que as negociações deste ano podem representar, sim, avanços significativos. Em novembro, os EUA divulgaram que querem reduzir entre 26% e 28% suas emissões até 2025. A China não divulgou números, mas se comprometeu a cortar o total de suas emissões até 2030. Em outubro, a União Europeia anunciou que vai diminuir em 40% suas emissões até 2030 — declarou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia defende projeto que dispensa emplacamento de trator

Ana Amélia (PP-RS) defendeu a aprovação de projeto que acaba com a obrigatoriedade de emplacamento de tratores e máquinas agrícolas (PDS 124/2013). Para ela, a exigência é uma tentativa do governo de arrecadar mais dinheiro com a cobrança de IPVA, seguro obrigatório e licenciamento. A senadora informou que os produtores rurais promoveram ontem, em várias regiões, o bloqueio de rodovias em protesto contra a obrigatoriedade, imposta por resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

— O setor agrícola precisa de mais segurança jurídica, de normas claras e definitivas, que estimulem a produção e o desenvolvimento no campo. Toda vez que se cria um gasto, se retira competitividade. Com menor competitividade, a produtividade também diminui e a renda do setor despenca — alertou.

Ana Amélia ressaltou o fato de que tratores e máquinas agrícolas circulam principalmente dentro de propriedades rurais, sem impor risco para o trânsito. O PDS 124/2013 é de autoria de Blairo Maggi (PR-MT).

Casildo Maldaner quer estimular o surgimento de novas cooperativas

Ao destacar que o cooperativismo representa cerca de 6% do produto interno bruto (PIB), Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o setor precisa de suporte para crescer mais.

Ele contou que existem no Brasil mais de 6,6 mil cooperativas, que contam com mais de 10 milhões de associados. Em Santa Catarina, por exemplo, há 1,6 milhão de cooperativados, 25% da população catarinense, informou o senador.

Segundo Casildo, há no Congresso propostas que beneficiam o setor, como o projeto que permite às cooperativas acesso direto aos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador para crédito (PLS 40/2011).

— Temos que buscar a modernização da lei que rege o segmento, de modo a incentivar o surgimento de novas cooperativas, além de garantir a devida segurança jurídica a todo o segmento — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em debate sobre o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, militantes de direitos humanos defendem punição de agentes responsáveis por crimes na ditadura

Ativistas cobram revisão da Lei de Anistia

AO PASSAR A limpo uma série de casos de violações de direitos humanos ocorridas nos anos de chumbo no Brasil, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), reescreve a história recente do país, mas não vira a página do período de forma definitiva.

A observação foi feita por participantes de audiência pública promovida ontem pela Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado. Muitos dos participantes cobraram a revisão ou a reinterpretção da Lei de Anistia e a punição dos responsáveis pelos crimes.

Em nome da Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça, Francisco Calmon afirmou que a responsabilização dos agentes envolvidos dará sentido para que nunca mais se torture no país. Segundo ele, não houve pacto social e político durante a sanção da lei.

— Temos que discutir dentro e fora do Congresso a questão da Lei da Anistia. Os agentes de Estado que cometeram esses crimes têm que ser penalizados — disse.

A vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, observou que o relatório — um reconhecimento pelo Estado de violações de direitos humanos cometidos contra cidadãos — pode reforçar a luta pela punição dos torturadores.

De acordo com ela, o documento pode ajudar a superar o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADPF 153 de que crimes como tortura, sequestro e homicídio cometidos durante a ditadura sejam considerados conexos aos

crimes políticos e, portanto, abrangidos pela Lei de Anistia.

Para a presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Eugenia Augusta Gonzaga, a lei aprovada em 1979 também foi uma imposição do período da ditadura. Ela observou que a revisão da norma depende também do apoio da opinião pública.

Conselheira da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Diva Santana concordou.

— Essa página não foi virada. Precisamos que se faça justiça — afirmou Diva, que ainda procura pela irmã e pelo cunhado.

Pedro Dallari, coordenador da CNV, lembrou que o relatório não encerra as investigações sobre os crimes da ditadura. O documento, conforme ele, pautou-se por fatos e não por opiniões.

— Nós quisemos fazer algo que fosse uma seleção à prova de qualquer tipo de crítica para não dar margem de que o relatório fosse impreciso. Houve uma opção clara de ser meio conservador de algum ponto de vista — disse Dallari.



Senadores João Capiberibe e Ana Rita (C) coordenaram a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos ontem

Pedro Dallari defende responsabilização das Forças Armadas

Durante a audiência pública na Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, Pedro Dallari voltou a pedir que as Forças Armadas admitam responsabilidade por violações de direitos humanos durante a ditadura.

Segundo ele, a negativa das três Forças em reconhecer a participação em detenções ilegais, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres é uma

das frustrações da comissão.

A outra, de acordo com ele, está diretamente relacionada à primeira: se deve à escassez de informações a respeito do destino de desaparecidos políticos durante o regime. A falta de cooperação das Forças Armadas, para Dallari, criou empecilhos na procura por vítimas do período. Instalada em 2012, a CNV conseguiu identificar apenas três desaparecidos.

— Não é possível que as Forças Armadas continuem sem reconhecer a responsabilidade institucional do que fizeram — disse.

Entregue anteontem à presidente Dilma Rousseff e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o relatório da CNV confirma 434 vítimas fatais da ditadura. O documento também lista 377 nomes de responsáveis por violações de direitos humanos no período.

Comissão de Direitos Humanos apoia proposta de desmilitarização das polícias

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai se dedicar a tirar do papel a desmilitarização das polícias e as demais recomendações de mudanças legais que fazem parte do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Foi o que afirmou ontem a presidente do colegiado, senadora Ana Rita (PT-ES). Assim como ela, João Capiberibe (PSB-AP) prometeu lutar para que sejam extintos o que

classificaram de “resquícios da ditadura”.

O documento entregue pela CNV ao presidente do Senado, Renan Calheiros, destaca a herança do regime militar (1964-1985) na continuidade da violência do Estado hoje, como a prática de tortura em instalações policiais.

Entre as recomendações, está também uma mudança na legislação para eliminar a possibilidade de agentes

públicos registrarem mortes, muitas vezes execuções, como auto de resistência à prisão.

— A omissão do Estado diante do que foi feito no passado institucionalizou a tortura, que continua sendo praticada nas delegacias de polícia do país inteiro — disse Capiberibe, que lembrou o caso de Amarildo, ajudante de pedreiro que ficou conhecido por conta de seu desa-

parecimento em 2013, após ter sido detido por policiais no Rio de Janeiro.

O parlamentar observou, contudo, que as mudanças encontram resistência no Congresso. Ele citou a dificuldade em retirar de um dos corredores do Senado o nome de Filinto Müller, que foi senador e chefe da polícia do DF entre 1933 e 1942, liderando a repressão a comunistas no país.

Suplicy elogia trabalho da Comissão Nacional da Verdade

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, que, após dois anos e sete meses de investigações, entregou à presidente Dilma Rousseff o relatório final. O senador ressaltou que, na mesma data, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 66 anos.

Suplicy cumprimentou os membros da comissão, que ouviram cerca de 1,2 mil depoimentos e realizaram audiências públicas em 21 estados durante a apuração de violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.

Após lembrar trechos dos discursos da presidente Dilma e de Pedro Dallari, coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Suplicy disse que o trabalho é importante para que o país não volte a viver violações aos direitos humanos.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Vanessa comemora conclusão do relatório do colegiado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade. O trabalho, afirmou ela, oficializa uma parte da história brasileira que ninguém quer ver de volta.

O documento comprova que houve violação dos direitos humanos durante a ditadura militar.

Vanessa disse que há uma determinação de responsabilização dos agentes públicos envolvidos:

— Nesse caso, o que a comissão propõe é afastar a aplicação da Lei da Anistia por considerar que essa atitude seria incompatível com o direito brasileiro e a ordem jurídica internacional, pois tais ilícitos constituem crimes contra a humanidade, imprescritíveis e não passíveis de anistia.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Para Lindbergh, é preciso lembrar que a verdade liberta

Lindbergh Farias (PT-RJ) registrou em Plenário a conclusão do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

— O relatório descreve minuciosamente as violações aos direitos humanos cometidas pelos militares — disse o senador.

Para Lindbergh, o direito à verdade é o direito à memória histórica. Ele lembrou que os críticos enxergam, de forma equivocada, revanchismo e vingança no trabalho da comissão. A esses, observou, é preciso lembrar que a verdade liberta. Lindbergh registrou que muitos países instalaram comissões da verdade após o período militar.

Para ele, é preciso reconhecer que parte significativa das Forças Armadas e da sociedade sustentou um sistema “odioso e privador de liberdade”.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Documento conclui transição democrática, diz Randolfe

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) classificou como histórica a quarta-feira, Dia Internacional dos Direitos Humanos, data em que a Comissão Nacional da Verdade entregou o relatório final.

— A conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade representa a vitória sobre todas as desconfianças que existiam acerca dela — afirmou.

No pronunciamento, o senador leu recomendações da comissão para evitar novas violações dos direitos humanos no país. Para ele, a entrega do relatório é a conclusão da transição democrática iniciada no Brasil com o fim da ditadura militar.

Randolfe também cobrou atos concretos que sigam as diretrizes do documento e medidas institucionais para aperfeiçoar a democracia.



Marcia Moritz/Agência Senado